

Estado democrático e eficiente



Foi necessária uma verdadeira revolução no funcionamento do governo federal para dar conta dos enormes desafios que decidimos enfrentar, como o combate à fome e à pobreza extrema, a expansão inédita de acesso a direitos, o desenvolvimento do maior programa de investimentos em infraestrutura desde a década de 70 e a ampliação histórica do nível de emprego, entre muitos outros temas.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Em nenhum outro momento na história do Brasil o processo participativo em âmbito federal foi tão rico, intenso e amplo como no período de 2003-2016. As diversas instâncias de diálogo foram reconhecidas como espaços de debate e negociação para os processos de tomada de decisões.

A promoção da interação entre governo e sociedade contribuiu para o melhor resultado das políticas públicas e para a construção do Brasil como nação democrática.

A participação social foi incrementada com:

★ Criação de 19 novos conselhos nacionais e a reformulação de outros 16 – aumento de cerca de 50%;

★ Realização de 103 Conferências Nacionais, com a participação de mais de 9 milhões de pessoas, sobre 40 temas diferentes. Antes de nossos governos, foram realizadas apenas 41 Conferências Nacionais, que discutiram 11 temas;

★ Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (“Conselhão”), composto por representantes de organi-

zações sindicais e empresariais, dos movimentos social e das universidades, para assessoramento direto ao presidente;

★ Instituição de processo participativo na elaboração do Plano Plurianual, com a criação de uma instância de monitoramento de sua execução;

★ Estímulo a outros canais de interlocução, como ouvidorias (foram criadas 270), audiências públicas, mesas de negociação ou de diálogo, para temas como salário mínimo ou monitoramento das demandas sociais.

Para dar perenidade à participação da sociedade, foram instituídos a **Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social**, por decreto, que foi, posteriormente, derrubado pela Câmara dos Deputados.

Além de todas essas ações, a instalação da **Comissão Nacional da Verdade**, mesmo com tantas resistências, conseguiu recuperar fatos importantes da nossa história recente, fundamentais para o processo de democratização no nosso país.

RECONSTRUÇÃO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL E DE GESTÃO

Fortalecemos a gestão e realizamos uma grande inovação administrativa para alcançar resultados importantes em todas as áreas de governo, dando a ele maior eficiência. Para gerenciar e executar os complexos desafios estratégicos do país foram **criadas novas estruturas específicas**, como empresas estatais, ministérios e outras formas de organização, além de reforçadas as instituições existentes, que haviam sofrido desmonte nos períodos anteriores.

Demos status de ministério a setores que eram invisíveis na sociedade (direitos humanos, combate à discriminação racial, direitos para a mulher, combate à corrupção), bem como a **áreas que exigiam maior atuação do Estado brasileiro** (desenvolvimento social, cidades, desenvolvimento agrário, turismo, portos, aeroportos, micro e pequena empresa, e pesca). Isso sem mencionar, é claro, as 422 escolas técnicas, as 18 novas universidades e os 178 novos câmpus universitários.

Para ampliar os serviços à população, houve ainda a **contratação de 276 mil servidores**, pois diversos ministérios só dispunham de pessoal terceirizado. Para citar alguns exemplos: no Ministério do Meio Ambiente, 95% da força de trabalho era de terceirizados, temporários ou comissionados; e, no Ministério de Minas e Energia, havia mais motoristas do que engenheiros.

Do total de contratados, 59% foram destinados à área de educação para as novas escolas técnicas e universidades federais.

No esforço para democratização das relações de trabalho na administração pública federal, foi criada também a **Mesa Nacional de Negociação Permanente**, que instituiu o diálogo contínuo com as entidades sindicais dos servidores para a negociação salarial e para o debate sobre as condições de trabalho.

Mesmo com o grande número de contratações e recuperação dos salários, a despesa de pessoal permaneceu estável, correspondendo em média a 4,2% do PIB.



FOTO: Livia Mota / ASCOM - CNV

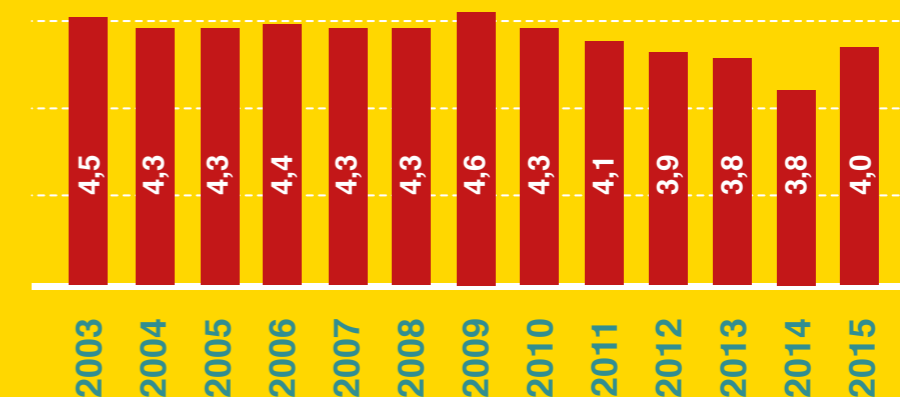


FOTO: Ricardo Stuckert



Foto: Marcelo Oliveira / ASCOM - CNV

EVOLUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL DA UNIÃO EM RELAÇÃO AO PIB (EM%)



FONTE: STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



FOTO: Ricardo Stuckert

A quantidade de cargos de livre nomeação teve pequena redução, mesmo com a criação dos vários ministérios e outros órgãos. Além disso, de cada 4 cargos de confiança, 3 eram ocupados por funcionários de carreira. **Nós não aparelhamos o governo.**

EFICIÊNCIA E INOVAÇÃO

Os governos do PT desenvolveram esforços significativos para entregar serviços de qualidade à população e às empresas. Para isso, houve **grande dedicação à desburocratização**, tornando os processos mais ágeis e eficientes. Houve também empenho para dar maior eficiência ao gasto público.

Para o **cidadão**, foi quebrado um dos maiores paradigmas históricos de ineficiência estatal no país: as filas crônicas de atendimento do INSS. Para isso, foi realizada verdadeira revolução nas agências em todo o país.

O agendamento de atendimento passou a ser pelo telefone ou pela Internet e a obtenção dos benefícios da Previdência, em alguns casos, leva apenas 30 minutos.

Já para as **empresas**, criamos uma série de mecanismos para dinamizar a relação da iniciativa privada com o governo. Podemos citar, entre outros, o Super Simples Nacional, o eSocial, e a Simplificação do Fechamento de empresas.

Outros instrumentos criados pelas gestões do PT incluem:

★ **Central de Compras e Contratações** - representou uma gigantesca mudança na forma de adquirir produtos e serviços de uso comum pelo Governo Federal. A nova metodologia gerou economia de 21,7% na compra de passagens aéreas; de 43,5% nos contratos de telefonia móvel; de 83% na aquisição de imagens de satélite, entre muitas outras.

★ **Modernização dos processos licitatórios** - crescimento uso do pregão eletrônico de 17% para 90%, instituindo vantagem para produtos e serviços nacionais, critérios ambientais e tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte;

★ **Criação do Regime Diferenciado de Contratação** - RDC, que simplificou o processo licitatório, sem perda dos mecanismos de controle. Ele é mais rápido, amplia a competição e evita conluio entre as empresas. Com os bons resultados, seu uso foi adotado também por estados e municípios.

★ **Governo Digital** - ganhou forte musculatura e voltou-se prioritariamente à ampliação dos serviços à população, à transparência e controle e ao diálogo com a sociedade.

★ **Guia de Serviços** (www.servicos.gov.br) - centralizou as informações sobre mais 1.500 serviços oferecidos pelo governo federal e boa parte deles foi disponibilizada via internet.

★ **Processo Eletrônico Nacional e Integrado** - permite acompanhamento do andamento do processo, com redução de custos financeiros e ambientais.

★ **Portal Brasileiro de Dados Abertos** (www.dados.gov.br) - dissemina dados governamentais em formatos que permitem o livre cruzamento e a construção de aplicações pelos cidadãos. O Portal está integrado à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que possibilita a visualização de dados georreferenciados.



RETROCESSO PRO-MOVIDO PÓS-GOLPE DE 2016

O golpe de 2016 provocou o **desmonte do Estado brasileiro**, trazendo de volta a ideia de Estado Mínimo com extinção de ministérios e outros órgãos. Isso acarretou a paralisação de importantes políticas de atendimento à população, especialmente à mais pobre, e retirou importantes direitos conquistados a duras penas.

Adotou-se também um amplo processo de privatização de estatais, vendendo o patrimônio do povo brasileiro a preço de banana para reduzir a dívida pública, sob a ilusão de que o setor privado será capaz de prover serviços com a qualidade e custo de que a população precisa.

O sistema de participação da sociedade nas políticas públicas foi completamente desmantelado:

- Decreto de Bolsonaro determinou a **extinção de conselhos, comissões e outros órgãos de diálogo** com a sociedade. O decreto foi parcialmente derrubado pela Justiça;
- As **Conferências Nacionais não serão mais realizadas**. Alguns setores, como a assistência social, estão organizando suas conferências independentemente do governo federal.